

O poder das idéias e as idéias do poder: a vitória da convenção neoliberal a partir da crise econômica mundial da década de 1970*

The power of ideas and the ideas of power:
the victory of the neoliberal convention since the
world economic crisis of the 1970s

LEONARDO DE AMORIM THURY | l.amorim.thury@uol.com.br

Cientista político. Doutorando de Economia do Instituto de Economia da UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil.

ALEXANDRE JERÔNIMO DE FREITAS | alexandrefreitas76@gmail.com

Professor Assistente do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil.

Recebimento do artigo 11-mar-10 | **Aceite** 30-ago-10.

Resumo O artigo tem por objeto de análise o papel das idéias, do poder e dos interesses na vitória da convenção neoliberal, a partir da crise econômica internacional dos anos 1970, e como essa convenção foi formulada (com base na crença nos livres mercados e na necessidade de diminuição do Estado) visando atender interesses específicos de países (como o eixo anglo-saxão) e de certas forças sociais de alcance internacional (e.g. a comunidade financeira internacional ou Wall Street) que buscaram realizar um processo de restauração de poder político e econômico. Visa, portanto, analisar a dialética existente entre cognição e poder, crenças *versus* interesses, teoria/lógica racional e interesses, pensamento dominante e poder, ciência e poder. **Palavras-chave** teleologia política; convenções de desenvolvimento; convenção neoliberal; pensamento dominante; restauração de poder das elites econômicas.

Abstract The issue related in the article is the role of ideas, power and interests on the victory of the “neoliberal convention” from the international economic crisis of 1970s and how this convention was formulated (based on beliefs on free markets and on the necessity to diminish the state intervention) aiming to fulfill specific interests of countries (like the Anglo-Saxon axis) and of certain international social forces (e.g. the international financial community or Wall Street) that aimed to realize a process to restore their political and economic power. So, the article aim to analyze the dialectic between cognition and power, beliefs versus interests, theory/rational logic and interests, mainstream thinking and power, science and power. **Keywords** political teleology; developmental conventions; neoliberal convention; mainstream thinking; restoration of power of economic elites.

* Agradecemos ao professor Fábio Stefano Erber, ao professor José Luís Fiori e aos dois pareceristas anônimos da *Oikos* pelos seus comentários. Entretanto, o conteúdo do artigo é de nossa inteira responsabilidade. E ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.

Introdução

No período que vai do final dos anos 1960 ao início dos anos 1970, a era de Bretton Woods e o sistema monetário financeiro internacional nela instituído começaram a entrar em crise. Os diversos atores internacionais começaram a diagnosticá-la e a buscar soluções com base nos seus respectivos diagnósticos. O diagnóstico liberal partia do pressuposto de que a crise era fruto, em parte, do “excesso de Estado”, e, portanto, defendia como solução a sua diminuição. Esse diagnóstico somado às soluções neoliberais – e outras características mais que serão analisadas adiante – formaram a base da “convenção neoliberal” (“the neoliberal convention”) que foi vitoriosa frente à defesa em prol de soluções mais “socialistas”, “keynesianas”, “desenvolvimentistas”, entre outras. A partir de então, as reformas neoliberais começaram a serem adotadas em quase todo o mundo, seguindo uma trajetória que partiu dos países capitalistas centrais nos anos 1980 e alcançando os países “em desenvolvimento” nos anos 1990. O mundo entrava na “globalização”.

O artigo visa analisar, com base na vitória da convenção neoliberal e das redes de poder que a efetivaram, a dialética existente entre cognição e poder, crenças *versus* interesses, teoria/lógica racional e interesses, teoria e prática, Academia e poder. Uma dialética onde, conforme Hobsbawm (ao analisar as decisões a respeito de políticas comerciais dos países na segunda metade do século XIX) “convicção intelectual é raramente mais forte que o interesse próprio”. (1977, p. 58). Visa enfatizar também o peso dos interesses das elites econômicas e financeiras nessa vitória, uma vez que esta não seria viável sem o suporte e financiamento de redes mundiais que possibilitaram a legitimação das idéias e políticas neoliberais. Processo que leva a existência de uma forte relação entre o pensamento dominante e os interesses dessas elites, observável já no século XIX, segundo Marx e Engels:

Em todas as épocas, os pensamentos dominantes são os pensamentos da classe dominante, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. (...). Os indivíduos que formam a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e como consequência disto *dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica*. É evidente que o fazem em toda a sua extensão, e, portanto, *dominam também como pensadores, como produtores de idéias, regulam a produção e a distribuição de idéias do seu*

tempo, portanto, as suas idéias são as idéias dominantes da sua época.
(1998:63-4) (grifo nosso)

O argumento defendido no artigo diz respeito à dificuldade de se analisar o processo de transformação da convenção neoliberal na convenção hegemônica sem se considerar a esfera dos interesses e do poder, em especial dentro do campo da economia política internacional. Para tanto, buscamos elementos de análise referentes ao campo das idéias, presentes na elaboração da convenção neoliberal, e ao campo do poder e dos interesses, presentes nas estruturas que efetivaram o processo de defesa-propagação-legitimação-implementação dessas idéias a partir crise da década de 1970.

No *item 1* apresentamos as idéias de Fábio Erber, que se concentra na esfera cognitiva, ao apresentar os conceitos de “convenção”, “convenção de desenvolvimento” e a teleologia por trás das duas convenções de desenvolvimento presentes, desde o pós 2ª Guerra Mundial, nos países então denominados “subdesenvolvidos”: a convenção desenvolvimentista e a convenção neoliberal (Erber, 2008, p.9);¹ além das suas diversas versões voltadas para públicos-alvos distintos, segundo a perspectiva de Fábio Sá Earp (2000).

No *item 2* analisamos, com base nos fatos ocorridos a partir da década de 1960, as quatro etapas de ascensão do neoliberalismo, segundo Fiori (1998b), onde identificamos aspectos em comum com características da convenção neoliberal e suas diversas versões analisadas no *item 1*. Ainda no mesmo item, Thury (2008) propõe uma outra seqüência, com base numa ordem cronológica, na qual é possível observar as diferentes etapas pela qual a convenção neoliberal passou: (1) crise; (2) luta de diagnósticos; (3) diagnóstico vencedor (com promessas e objetivos); (4) período de implementação das reformas; (5) avaliação dos resultados depois de implementadas as reformas (com uma avaliação explícita, com base nos objetivos declarados e outra oculta, com base em objetivos não-declarados).

No *item 3* analisamos um possível objetivo não-declarado por trás da vitória da convenção neoliberal: a perspectiva do neoliberalismo como um “projeto político” (Harvey, 2005) que teria como objetivo a restauração de poder das elites econômicas, através do restabelecimento das “condições para a acumulação de

1 Segundo Erber: “Se restringirmos nosso foco nos países que emergiram da Segunda Guerra Mundial como fornecedores de produtos primários aos países mais industrializados, que eram então denominados de ‘países subdesenvolvidos’, duas respostas distintas e sucessivas às questões relativas a mudanças estruturais predominaram, e foram fornecidas por duas convenções: a convenção desenvolvimentista e a convenção neoliberal.” (2008, p. 9)

capital”. (Harvey, 2005: 19) A convenção neoliberal (analisada no *item 1*) sai vitoriosa no mundo real dentro de um contexto no qual as elites financeiras se sentiam ameaçadas pelo avanço de forças ligadas ao trabalho, e os EUA pressionados pelo aumento de força e reivindicação dos países aliados e países do então Terceiro Mundo. No final do século XX foi possível observar que após a adoção das reformas neoliberais em quase todo o globo, os objetivos de restauração de poder das elites financeiras e dos EUA foram conquistados.

No *item 4* é analisada a economia política das convenções de desenvolvimento. Após partirmos da esfera cognitiva e do campo das idéias no *item 1*, e transitarmos para uma análise histórica dessas idéias numa seqüência cronológica com a presença dos componentes políticos e dos interesses nos *itens 2 e 3*, o *item 4* enfatiza – com base nos autores analisados no *item 1* – a importância do poder, dos interesses e da política na transformação de uma convenção de desenvolvimento na convenção dominante.

A convenção neoliberal

O conceito de convenção

Duas “convenções de desenvolvimento” estiveram presentes na última metade do século XX, nos países “em desenvolvimento”: a “convenção desenvolvimentista” e a “convenção neoliberal”.² Nesse processo, um primeiro ponto destacado por Erber (2008; 2009) é a diferença entre *desenvolvimento* e *crescimento*. Crescimento seria “mais do mesmo” e desenvolvimento implicaria numa mudança estrutural. Portanto, partindo do ponto de vista do desenvolvimento, as transformações estruturais necessárias para sua efetivação aumentariam o grau de incerteza na sociedade, diminuindo “a possibilidade de coordenação das ações dos atores”. (Erber, 2009, p. 3) É aqui que entra a convenção, pois ela traz uma série de elementos na esfera cognitiva e de política econômica, que reduzem essa incerteza e ajudam os diversos atores a agirem de forma coordenada.

Para tanto, uma convenção necessita de diversos elementos como um conjunto de regras, valores, princípios que seriam aceitos por um determinado

2 Não confundir “convenção de desenvolvimento” com “convenção desenvolvimentista”. Em suma: existiram duas convenções de desenvolvimento: a desenvolvimentista e a neoliberal.

grupo de pessoas. E são úteis especialmente em períodos de crise, onde a incerteza cresce e surge a necessidade do estabelecimento de mudanças e possivelmente de uma nova convenção. Após a 2ª Guerra Mundial, foi estabelecida a convenção desenvolvimentista nos países então denominados de “subdesenvolvidos”, e a partir da crise da década de 1970, passou a ser aceita a convenção neoliberal como solução para os problemas vigentes (nesse caso, primeiro nos países capitalistas centrais e, aproximadamente uma década depois, na periferia).

Dentro de uma convenção é estabelecido um conjunto de regras que precisa ter características específicas para que tenha poder de convencimento e possa ser aceito e propagado para novos atores sociais, de forma a acumular poder suficiente para transformar a convenção em políticas e instituições que alterem a dinâmica da sociedade em inúmeras de suas esferas. Entretanto, essas idéias, para terem mais força, precisam ser organizadas de uma forma determinada, que, segundo Erber, seria uma teleologia. Para tanto, uma convenção deve ter três componentes (Erber, 2009, p.3): (1) um conjunto de regras que ajuda a reduzir as incertezas e a induzir ações coordenadas, além de especificarem agendas positivas e negativas. (2) Agendas positivas e negativas compostas por: i. uma hierarquia de problemas, ii. soluções para os problemas hierarquizados, iii. organizações encarregadas para sua efetivação, iv. regras e regulamentos. Componentes que ajudam a estabelecer “uma ordem para a transformação”.³ (3) E, finalmente, uma teleologia. Para Erber o poder do conjunto de regras é substancialmente aumentado se ele obtém “coerência através de uma metáfora histórica – uma estória, uma teoria que explica como o presente surgiu a partir do passado e, especialmente, como o futuro será se as regras forem seguidas. Em síntese, uma teleologia.” (2009, p.3)

Uma convenção seria, portanto, uma “representação coletiva que estrutura as expectativas e o comportamento individual”, ou um “dispositivo cognitivo” compartilhado por uma população P que apresenta determinadas características: (1) todos os integrantes de P partilham de um mesmo comportamento C; (2) todo membro de P acredita que todos os demais membros irão seguir esse comportamento C; (3) e tal crença provê aos membros de P razões suficientes para adotar este comportamento C. (Erber, 2009, p.3)

3 Erber cita alguns exemplos referentes à convenção neoliberal: na hierarquia de problemas, a inflação teria uma posição de destaque; no caso de soluções aceitas temos as metas de inflação; não-aceitas, o controle de preços; nas organizações encarregadas, temos o Banco Central; no conjunto de regras e regulações, os acordos de Basiléia. (2009, p.3)

O conceito de convenção de desenvolvimento

Uma vez exposto o conceito de *convenção*, uma *convenção de desenvolvimento* trataria “das transformações estruturais que devem ser introduzidas na sociedade”. Ela irá contar uma estória sobre o passado, o presente e o futuro – este último, sendo representado por uma “Terra Prometida” alcançada somente se um novo conjunto de regras e novas formas de comportamento forem seguidos. (Erber, 2008, p. 9) Em momentos de crise, diversos atores sociais vão iniciar uma luta para estabelecer a convenção que venha a solucioná-la.

Dentro da população P, que adota o comportamento C da convenção, Erber distingue dois segmentos: um “núcleo duro” e um “cinturão protetor”. O núcleo duro teria a função de estruturar o conteúdo cognitivo de uma convenção de desenvolvimento que, por sua vez, seria composto de conhecimentos codificados e conhecimentos tácitos. Já o cinturão protetor, como o próprio nome já diz, protege o núcleo duro diante das diversas mudanças que ocorrem na sociedade, através da “criação de hipóteses e prescrições *ad hoc*”; e também operacionaliza o conhecimento codificado e tácito elaborado pelo núcleo duro, adaptando-o a condições específicas. (Erber, 2009, p.4)

O conhecimento codificado seriam as teorias econômicas, sociais e políticas elaboradas no meio acadêmico e que “tendem a se traduzir em regras formais de conduta, frequentemente expressas na forma de leis, ou seja, regras dotadas de um poder coator externo – o Estado”. Já o conhecimento tácito “refere-se às percepções sobre como a sociedade é e como deveria ser, compartilhadas pelos membros da população P”. Ele não é codificado em linguagem científica, mas sim é um resultado da “experiência dos atores” e é normalmente expresso “por regras informais, em que a força de coação reside na aprovação do grupo.” (Erber, 2009, p.5)

As versões das convenções de desenvolvimento

Outro aspecto das convenções de desenvolvimento é sua transmissão para a sociedade em diferentes versões voltadas para públicos-alvos distintos (Sá Earp, 2000). Essas diferentes versões são de grande importância para o entendimento do processo de organização-legitimação-propagação-implementação de uma convenção de desenvolvimento. São elas: (1) a versão erudita (V1) – elaborada no meio acadêmico e “correspondente ao pensamento de fronteira, para consumo dos teóricos mais rigorosos”; (2) versão intermediária (V2) – “para consumo dos economistas aplicados”; (3) versão introdutória (V3) – para os es-

tudantes; (4) versão estilizada (V4) – para consumo do público leigo. (Sá Earp, 2000, p. 140)⁴

Erber organiza os quatro vetores propostos por Sá Earp dentro da sua estrutura “núcleo duro” – “cinturão protetor”. A versão erudita (V1) estaria no núcleo duro, e as demais versões no cinturão protetor: a versão intermediária (V2), utilizada por tomadores de decisão que transformam propostas gerais em propostas específicas; a versão introdutória (V3), dos estudantes, que desempenha o papel de reproduzir a convenção, auxiliando no processo de legitimação da mesma, através do convencimento de outros de que a versão erudita (V1) é a melhor e possibilita que os estudantes adotem a versão intermediária (V2); e, finalmente, a versão estilizada (V4), que também ajuda no processo de legitimação uma vez que aumenta o número de adeptos da convenção e a expõe, numa linguagem mais simplificada, para o público leigo. (Erber, 2008, p. 5)

Nesse processo, o papel dos cientistas é fundamental para a obtenção de reconhecimento e legitimidade da teoria visto que eles desempenham três funções. A primeira seria a obtenção de reconhecimento por parte da comunidade acadêmica quanto à validade das suas idéias de forma a transformá-las em uma “caixa preta”. Essa caixa preta seria “um corpo de idéias que é aceito sem discussão por uma parte dos especialistas” (Sá Earp, 2000, p. 139-140). A segunda função consistiria na difusão de idéias e conquista de novos adeptos. Nesse processo, os cientistas se envolveriam em “testes de força” (processo a partir do qual a teoria em questão se afirma e se valida perante as teorias rivais). Uma vez que a caixa preta consiga vitórias nos testes de força, ela irá conquistar mais e mais adeptos. Esse processo passaria por três etapas: (1) o “efeito demonstração” – representando uma fase inicial, onde a teoria é colocada à prova nos primeiros testes de força; (2) o “efeito-legitimação” – que viria após a vitória nos primeiros testes de força e traria como consequência o aumento do número de adeptos e de indivíduos dispostos a conhecer a teoria; (3) e o “efeito-consagração” – que ocorre somente após um acúmulo considerável de vitórias e que tem como resultado a transformação da teoria em questão num “conhecimento obrigatório na comunidade acadêmica” (Sá Earp, 2000, p.140).

4 Segundo Sá Earp: “Acredito que esse modelo de análise pode ser usado proveitosamente para o caso da revolução keynesiana em seus três campos. [1] A revolução na teoria econômica faz-se pela vitória nos testes de força com as versões V1 e V2; [2] a revolução na política econômica faz-se pela vitória das versões V2 e V4; [3] e a revolução pedagógica resulta do sucesso da versão V3.” (2000, p. 141)

E a terceira função desempenhada pelos cientistas seria a de aumentar a legitimidade da convenção (Erber, 2008). Na antiguidade, segundo Mircea Eliade, os povos costumavam diferenciar os *mitos*, que seriam *estórias reais*, das *fábulas*, que seriam estórias fictícias (*apud* Erber, 2008, p. 6). Porém, para que as estórias fossem aceitas como verdadeiras, elas teriam que ser contadas por pessoas com poderes especiais, como um “padre”, ou um “xamã” (Erber, 2008, p. 6), que, no caso da convenção neoliberal, passaram a serem representadas pelos cientistas, uma vez que “se uma versão do mito é apresentada numa linguagem científica, o aspecto sagrado original deste é restaurado e seu poder reforçado”. Nesse processo, “a dificuldade que a maior parte das pessoas enfrenta em seguir os argumentos apresentados nas versões mais eruditas das teorias sociais (V1), aumentadas pela sua retórica matemática, aumentam seu aspecto sagrado.” (Erber, 2008, p. 6)⁵

A convenção neoliberal *vis-à-vis* a convenção desenvolvimentista

O atual item busca caracterizar, em linhas gerais, as convenções desenvolvimentista e neoliberal.⁶ A convenção desenvolvimentista, em voga na América Latina, pelo menos desde o pós-Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1970, nasce das leituras críticas à teoria do comércio das vantagens comparativas efetuadas pioneiramente por Raul Prebisch. Elas serviram de base para os estudos da CEPAL sobre as economias latino-americanas. Através de uma análise sobre a economia mundial, vista como divida entre um centro dinâmico e uma periferia dependente, formou-se um consenso de que o caminho para o desenvolvimento passaria pela industrialização da região. Seria ela a única forma da periferia alcançar e reter os ganhos de produtividade – tanto da mão de obra como do capital – que permitiriam um maior bem-estar econômico.

Devido a certas deficiências encontradas nas economias periféricas – principalmente a fraqueza inerente do capital privado e da dificuldade de financiamento – o Estado foi identificado como o agente principal na condução de reformas

5 Na mesma linha, Fiori, ao diferenciar o liberalismo do século XIX do liberalismo do século XX (ou neo-liberalismo), observa que este último buscou “uma pretensão de cientificidade que não tinha antes e que se manifesta na sua tentativa, enquanto corpo teórico, de alcançar um nível cada vez mais alto de sofisticação do ponto de vista formal e matemático, ainda quando a sua sofisticação matemática esteja extremamente distante do mundo real.” (1998b: 213)

6 Para uma descrição mais detalhada das características e das diferenças entre as convenções de desenvolvimento desenvolvimentista e neoliberal, ver Erber 2009.

estruturais que promoveriam as condições necessárias para que as economias da região efetuassem um *catch up*, reduzindo a distância que separava as economias mais desenvolvidas das econômicas periféricas. A renda seria distribuída de forma mais igualitária a partir do momento em que a maior absorção de mão-de-obra em setores, que se tornaram mais produtivos através da industrialização, permitisse um crescimento robusto e regular dos salários. O resultado esperado seria uma aproximação das condições de vida das sociedades latino-americanas ao nível de vida dos países mais desenvolvidos. Em outras palavras e utilizando-se uma linguagem teleológica, os países do então Terceiro Mundo alcançariam a “Terra Prometida” do Primeiro Mundo ou do mundo industrializado.⁷

No caso da convenção neoliberal, se os fins eram os mesmos da convenção anterior, os meios para isso eram completamente antagônicos. Nela, a presença do Estado na economia era vista como o principal problema a ser enfrentado. O planejamento estatal seria responsável pela distorção dos preços relativos, de forma que a alocação de recursos estaria prejudicando o crescimento econômico e o desenvolvimento da região.

A partir do que ficou conhecido como Consenso de Washington, os países latino-americanos – e também muitos do Leste europeu – seriam estimulados a adotar uma série de reformas que tinham como objetivo maior potencializar os mecanismos privados de forma a delegar ao mercado o papel que havia sido do Estado anteriormente – de principal condutor do desenvolvimento. Dentre as principais premissas para isto estava: a redução dos gastos públicos através da adoção de uma maior disciplina fiscal, a liberalização comercial e financeira, a desregulamentação da economia junto com a privatização de empresas públicas e, por fim, o respeito à propriedade intelectual.

A convenção neoliberal, na versão erudita, não menciona explicitamente a questão da redução da pobreza, apenas indiretamente, visto que uma economia de mercado remuneraria de forma mais eficiente todos os fatores de produção incluindo o trabalho. Desta forma contribuiria para a melhora de todos os setores da sociedade. O que a convenção neoliberal afirma explicitamente é que a aplicação

7 Os países centrais, conforme citado, não estão inseridos na análise de Erber, no que tange as convenções de desenvolvimento, entretanto, no período em que a convenção desenvolvimentista prevaleceu nos países do então “Terceiro Mundo”, nos países capitalistas avançados prevalecia um sistema que tinha como metas primordiais, garantidas especialmente pelo Estado, a busca pelo pleno emprego, manutenção de altas taxas de crescimento, adoção de políticas fiscais e monetárias (então denominadas de “keynesianas”) anticíclicas e, entre outras características mais, a criação-manutenção de sistemas voltados para garantia do bem estar social (o chamado *welfare state*).

de tais reformas traria uma redução da desigualdade entre países ricos e pobres – que, numa linguagem teleológica, levaria os países “em desenvolvimento” a alcançarem sua “Terra Prometida” com a saída da pobreza.

Nesse sentido, do ponto de vista teleológico e mítico, ambas as convenções se apoiaram em “versões modernas do mito da Terra Prometida”. (Erber, 2008, p.14) Na convenção desenvolvimentista, conforme citado, a Terra Prometida era, para os países do então Terceiro Mundo, a aproximação dos países do Primeiro Mundo através da industrialização, e na convenção neoliberal, a Terra prometida era representada pela saída da pobreza dos países em desenvolvimento, ao entrarem no “mundo sem fronteiras da globalização” (expressão muito utilizada na versão estilizada, voltada para o público leigo).

Entretanto, numa estrutura mítica, “o caminho que vai de uma situação ‘ruim’ para uma situação ‘boa’ é repleto de sacrifícios”, mas o caminhante é “auxiliado por uma força superior” (Erber, 2008, p. 6). Trazendo essa linguagem para a convenção neoliberal, a entrada na “globalização” (que passava pela adoção de reformas neoliberais) tinha o seu preço. E este preço era representado pela realização de um sacrifício, aceito como um “mal necessário”, através da aplicação de medidas “austeras” – expressões e argumentos que foram utilizados inúmeras vezes pelos defensores das reformas neoliberais. Apenas a título de ilustração, o argumento do “remédio amargo” utilizado por quadros do FMI para justificar, segundo Stiglitz, o caos social gerado pela aplicação de reformas neoliberais de forma acelerada em países ex-socialistas (2002: 161) pode se encaixar nessa idéia. A “força superior” aqui, poderia estar associada às “livres forças do mercado”, e a “boa situação” ao mundo que viria em seguida à entrada na “globalização”.

A ascensão da convenção neoliberal

É possível identificar quatro fases pelas quais passou o neoliberalismo desde os anos 1960 até se tornar um consenso de proporções globais, segundo a perspectiva de Fiori (1998b). Três dessas fases podem ser associadas com características presentes nas convenções de desenvolvimento e ajudam a ilustrar, dentro de uma ordem cronológica, as etapas pelas quais as diversas versões da convenção neoliberal passaram. São elas: (1) o tempo da resistência ou da clandestinidade, (termo utilizado por Perry Anderson), que vem do fim da segunda Guerra Mundial até os anos 1960, período de prevalência da hegemonia e do sucesso

do pensamento keynesiano; (2) o período em que as idéias liberais de diversos autores começam a ganhar espaço acadêmico, sobretudo nas universidades norte-americanas a partir dos anos 1960; (3) o momento da passagem do campo da teoria para o campo da política após a chegada aos governos de Thatcher no Reino Unido em 1979, Reagan nos EUA em 1980 e Kohl na Alemanha em 1982; (4) e o momento em que as reformas neoliberais começam a serem adotadas na América Latina e demais países da periferia do sistema. (Fiori, 1998b: 215-7)

A fase 1, ou o tempo da resistência, caracteriza o período em que setores da sociedade, que não foram contemplados com a convenção desenvolvimentista na periferia e a hegemonia do pensamento “keynesiano” no centro, mantiveram-se numa posição de certa marginalização em defesa dos princípios liberais. Este processo ilustra uma das características das convenções de desenvolvimento, onde, segundo Erber, por maior ou mais bem posicionados que estejam os membros da população P (seja da convenção desenvolvimentista, seja da convenção neoliberal) eles não englobam toda a sociedade levando a formação de forças de resistência contrárias à convenção em vigor, que seriam, numa linguagem teleológica, os “hereses”⁸: os liberais na “Era Keynesiana” ou “desenvolvimentista”, e os “desenvolvimentistas” ou “keynesianos” no período neoliberal. Essa resistência reflete “os diferentes interesses econômicos e políticos presentes na sociedade” (Erber, 2008, p. 9).

A fase 2, de conquista do meio acadêmico, é representada pela popularização das teorias da “escolha pública”, das “expectativas racionais”, da *supply side economics*, que se tornam hegemônicas na Academia norte-americana a partir dos anos 1970. É nessa fase que ocorrem as vitórias nos “testes de força” da “caixa preta” elaborada em V1, da versão intermediária (V2) – dos tomadores de decisão, e cria a base para ampliação da versão introdutória (V3) – utilizada pelos estudantes.

A fase 3, da passagem do campo da teoria para o campo da política, representaria a “importante transição de V1 para V2”, onde ocorrem muitas simplificações do ponto de vista da elaboração de políticas públicas, especialmente “quando V1 é organizada em termos altamente abstratos e formais”. (Erber, 2008,

8 Uma característica presente nas convenções de desenvolvimento é o componente político no “pensamento mítico” de que o adepto da convenção (ou o “iniciado”) é o portador da verdade. Essa característica leva à formação de uma estrutura dual dentro da sociedade, onde os “céticos não são tolerados” levando a um processo de marginalização de todos os que questionam os padrões de comportamento C presentes na convenção dominante. Essa classificação dual estaria presente na política de muitas instituições acadêmicas e burocracias que aplicam na prática os princípios, crenças e normas elaboradas em V1. (Erber, 2008, p. 6-7)

p.5) Nessa fase, as teorias neoliberais “perderam muito da sua dimensão formalizada e acadêmica” e foram retraduzidas para o plano prático se transformando nas políticas públicas pioneiramente experimentadas por Margareth Thatcher na Inglaterra, organizadas em torno do “tripé básico” da desregulação, privatização e abertura comercial. (Fiori, 1998b: 217). É nessa fase que ocorre a “revolução [neoliberal] na política econômica” que se dá através da vitória das versões V2 e V4. (Sá Earp, 2000, p.141)

Ou seja, uma vez organizada a versão V1, toda uma rede, que envolvem diversos atores (o cinturão protetor), viabiliza sua propagação – na forma de diferentes versões – e aceitação por setores distintos da sociedade, até a sua transformação em políticas econômicas.

O “mecanismo crise-diagnóstico-solução”

É possível analisar a guinada mundial para o neoliberalismo com base em outro formato (diferenciado das quatro etapas apresentadas anteriormente), que por sua vez pode ser relacionado com a estrutura teleológica analisada por Erber. Da mesma forma em que as convenções de desenvolvimento, em sua estrutura teleológica, se apresentam na forma de uma estória que mostra que o que está ocorrendo de errado no presente é fruto de erros cometidos no passado, e que, se determinados comportamentos e ações forem aplicados no presente, a sociedade irá experimentar um futuro melhor e alcançar a “Terra Prometida”, podemos organizar essa mesma análise seguindo as seguintes etapas: (1) crise => (2) luta de diagnósticos => (3) soluções-receituários (com promessas e objetivos) => (4) [período de implementação das reformas] => e (5) avaliação dos resultados (com base em objetivos declarados ou não-declarados). Ou, de forma mais simplificada: (1) a fase do mecanismo crise-diagnóstico-solução; e (2) a fase da avaliação dos resultados. (Thury, 2008)

No que diz respeito à fase do *mecanismo crise-diagnóstico-solução*, a defesa por um determinado tipo de solução irá depender muito das idéias e da comunidade científica hegemônica no período (por razões que envolvem questões de cunho político e econômico). E essa hegemonia vai depender de setores da comunidade acadêmica que irão, a despeito de evidências contrárias a suas teorias no mundo prático, permanecer fiel à defesa das soluções que seguem sua linha de pesquisa e/ou ideológica. E irá depender também de determinados seguimentos da sociedade, detentores de grande poder econômico, que, uma vez que reconheçam que

determinadas teorias irão atender a seus interesses, irão financiar redes de demonstração-legitimação-consagração-divulgação, de modo que venham a alterar a dinâmica da sociedade, em prol da manutenção de *status quo* ou da ampliação de seu poder.

Aplicando o *mecanismo crise-diagnóstico-solução* num determinado contexto, podemos observar que, num momento de crise, se um ator parte do diagnóstico neoliberal ele tenderá a defender uma solução neoliberal que irá compor um receituário neoliberal, que, por sua vez incorporará promessas e objetivos a serem alcançados pela sociedade como um todo. Aplicando o mesmo mecanismo na crise dos anos 1970, temos, numa primeira linha de diagnóstico-solução, as propostas dos partidos socialistas e social-democratas europeus que propuseram um “aprofundamento do controle do Estado e regulação da economia através de estratégias corporativistas”. Este primeiro grupo contava, no plano prático e político, com as esperanças ligadas às experiências inovadoras de governo: (1) na “Bolonha-Vermelha”, sob controle do Partido Comunista na Itália; (2) na Revolução dos Cravos em Portugal de 1974; (3) nas tendências que inclinavam-se para um “*open market socialism*” ou para as idéias do “Eurocomunismo” na Itália e na Espanha; (4) e na expansão do forte Estado de bem-estar social da social democracia escandinava. (Harvey, 2005, p.12)

Na segunda linha de diagnóstico-solução estariam os defensores das “livres forças do mercado” que: propunham reformas liberalizantes – como forma de garantia da estabilidade e do crescimento da economia – e contavam, no plano prático, apenas com a experiência piloto do Chile a partir de 1975. (Harvey, 2005, p. 12) O diagnóstico liberal apontava o “excesso de Estado”, ou as políticas keynesianas como as principais causas da crise da economia mundial dos anos 1970 e as soluções apontavam para a diminuição das atribuições do Estado e outras características mais apresentadas no *item 1.3*.

A avaliação dos resultados

Após a vitória do diagnóstico liberal na crise da década de 1970, as reformas neoliberais começaram a serem adotadas no centro (década de 1980) e na periferia (década de 1990). Nesse contexto, os diversos atores sociais que compuseram as redes de demonstração-legitimação-propagação-consagração dos ideais neoliberais assumiram uma postura intelectual no processo de avaliação dos resultados que pode ser separada, em linhas gerais, em duas fases: a primeira,

onde predominou uma defesa incondicional das reformas neoliberais, e a segunda, que se inicia a partir de uma mudança de discurso, onde o novo argumento passa a ser o da “inevitabilidade” ou do “mal necessário”.

A fase da defesa incondicional do neoliberalismo.

Quando as reformas neoliberais já haviam sido adotadas no centro, setores da Academia e imprensa começaram a fase de *avaliação dos resultados*, onde podemos observar, com base no comportamento dos seus defensores, que não estava em questão uma análise imparcial do neoliberalismo, mas sim, sua defesa incondicional. Esta postura pode ser observada no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando as reformas já estavam em andamento no centro e estavam sendo propostas e “repassadas” aos países da periferia, como no caso do Consenso de Washington, realizado em 1989, que visava adaptar as reformas para a América Latina.

Realizando a avaliação dos resultados das reformas neoliberais nos países do centro, podemos observar que algumas metas foram alcançadas: (1) controle da inflação; (2) aumento da taxa de lucros; (3) diminuição da conflitividade sindical; (4) diminuição dos déficits públicos governamentais, (5) acompanhados de máxima privatização das empresas públicas. Segundo os defensores do neoliberalismo, essas conquistas serviriam de base para um crescimento vigoroso e sustentado que, como constatado em meados dos anos 1990, não ocorreu, mesmo após aproximadamente 15 anos de reformas na Europa. Além disso, no mesmo período, presenciou-se um aumento dos problemas sociais e dos níveis de desemprego nesses países, que levou ao encontro de cúpula dos ministros do Trabalho dos países centrais em Detroit, onde os representantes do G-7 se reuniram para discutir o problema do desemprego em massa nos países desenvolvidos. (Tavares, 1994)

Entretanto, a despeito desses resultados, os defensores do neoliberalismo mantiveram-se inflexíveis ao continuar defendendo a adoção de tais reformas na periferia, ao longo da década de 1990. Para defenderem seu argumento, adotaram uma *primeira postura* onde o *diagnóstico*, a respeito do que estava ocorrendo de errado na Europa, não apontava para as reformas liberalizantes, mas sim para as persistentes intervenções do Estado ou numa “liberalização imperfeita”. Segundo Harvey:

Neoliberais apologetas irão sem dúvida alegar que a recessão é um sinal de liberalização insuficiente ou imperfeita (...). Mas suas alegações são impossíveis de se verificar, e, atuando dessa forma, eles apenas seguem os passos de uma longa linha de eminentes teóricos economistas que argu-

mentam que tudo estaria bem com o mundo se apenas todos se comportassem de acordo com os preceitos de seus livros-textos. (2005, p. 152.)⁹

Entretanto, ao longo da década de 1990, as reformas neoliberais começaram a serem adotadas na América Latina, sendo possível, no ano 2000, se fazer uma avaliação dos resultados no que tange alguns aspectos como crescimento-emprego e pobreza. Conforme pode ser observado nos dados da tabela 1 – a respeito do crescimento das economias latino-americanas – estas cresceram, durante a década de 1990 (período das reformas neoliberais) um pouco mais do que a década anterior (conhecida como a “década perdida”) e com uma taxa muito inferior às décadas referentes à convenção desenvolvimentista (1950 a 1970).

Tabela 1 | Variação do PIB: América Latina e Caribe e Países Selecionados

Países	1950-1960	1960-1970	1970-1980	1980-1990	1990- 2000
Argentina	3	4,3	2,6	-1,1	4,1
Bolívia	0,4	5,5	3,9	0,2	3,8
Brasil	6,7	5,5	8,7	1,6	2,5
Chile	3,6	4,2	2,5	2,9	6,4
Colômbia	4,6	5,1	5,5	3,4	2,7
Equador	5,1	4,5	8,9	2,1	2,7
Honduras	3,1	4,5	5,4	2,4	3,3
México	6,1	7	6,6	1,8	3,5
Peru	5,7	5,3	3,8	-1,2	4,0
Venezuela	7,9	6	4,1	0,6	2,1
América Latina e Caribe	5,4	5,5	6,8	1,4	3,2

Fonte: América Latina y Caribe: Séries Históricas de Estadísticas Económicas, 1950-2008. CEPAL. 2009.

9 Maria da Conceição Tavares, em 1994, também chama atenção para o mesmo comportamento dos defensores do neoliberalismo. Após destacar o quadro de desemprego alarmante nos países do centro, ocorrido mesmo depois de mais de dez anos de “flexibilização do mercado de trabalho” comenta que, apesar dos dados: “Não faltam, é claro, os liberais, como os da revista *The Economist*, que ainda recentemente repetiram a ladainha de que o problema do desemprego é resultado da rigidez do mercado de trabalho dos países desenvolvidos, e em particular europeus. A solução, como sempre, seria aumentar a ‘flexibilidade’ do mercado de trabalho, com a retirada do seguro-desemprego e demais empecilhos ao livre jogo das forças de mercado. Em outras palavras, o problema do desemprego viria do fato de que as economias centrais, no que diz respeito ao mercado de trabalho, são liberais de menos, e a solução, como sempre, seria mais liberalismo.” (1994, p. 70)

Além do baixo crescimento, o nível de desemprego nos anos 1990 foi mais acentuado que durante a década perdida, conforme pode ser observado no ano 2000, após aproximadamente uma década de reformas neoliberais no continente.

Tabela 2 | Desemprego: América Latina e Caribe e Países Selecionados

	1980	1985	1990	1995	2000
Argentina	2.6	6.1	7.4	17.5	15.1
Bolívia	...	5.8	7.3	3.6	7.5
Brasil	6.3	5.3	4.3	4.6	7.1
Chile	11.7	17.2	9.2	7.4	9.7
Colômbia	10,0	13.9	10.5	8.8	17.3
Equador	5.7	10.4	6.1	7.7	9,0
Honduras	8.8	11.7	7.8	5.6	...
México	4.5	4.4	2.7	6.2	3.4
Peru	7.1	10.1	8.3	8.2	7.8
Venezuela	6,0	13.1	10.4	10.3	13.9
América Latina e Caribe	6.1	7.4	7.8	10,0	10.4

Fonte: América Latina y Caribe: Séries Históricas de Estadísticas Económicas, 1950-2008. CEPAL. 2009

No que tange ao nível de pobreza, os resultados também não foram favoráveis. Em 1981, na América Latina e Caribe, 28 milhões de pessoas viviam com menos de um dólar por dia, passando para 29 milhões em 1990, e, após aproximadamente uma década de reformas no continente, este número subiu para aproximadamente 40 milhões de pessoas em 2002. (Chen e Ravallion, 2008, p.44).

Entretanto, diante desse quadro, em 2006, a revista *Newsweek* constatou que o “Consenso de Washington” não havia “dado certo” na América Latina devido à “complexas razões”, principalmente relacionadas com “falhas institucionais e políticas na região”. (p.18) Exemplificando aqui mais uma vez essa *primeira postura* de defesa incondicional, na qual o diagnóstico não aponta a causa dos erros para as reformas neoliberais em si, mas para fatores de outra ordem (no caso, institucionais e políticos locais).

Diante desses resultados negativos no centro e na periferia (no que tange a essas variáveis), os defensores do neoliberalismo adotaram também uma *segunda postura* na análise dos resultados onde os dados negativos eram quase sempre

esquecidos. (Fiori, 1998a; Harvey, 2005; Tavares, 1994; Stiglitz, 2002). A esse respeito, Stiglitz, depois de trabalhar como presidente do Conselho de Consultores Econômicos e no Banco Mundial comenta que “lamentavelmente, (...) acadêmicos envolvidos na elaboração de recomendações de políticas tornam-se politizados e começam a distorcer as evidências para que se adaptem às idéias dos poderosos.” (2002, p. 12) Apenas para citar um exemplo dessa *segunda postura*, podemos citar trecho do editorial da revista *The Economist*, que, após mencionar o “mundo sem barreiras” e “sem nações” da “globalização”, diz em 2005:

Mas, a despeito do espetacular aumento dos padrões de vida que ocorreram assim que as barreiras entre as nações caíram, e a despeito da resultante *saída da pobreza de centenas de milhares de pessoas nesses países* [“em desenvolvimento”] que se integraram à economia mundial, é ainda difícil de convencer o público e políticos dos méritos da abertura. (...). E isto está colocando em risco o próximo grande avanço na liberalização do comércio e a próxima grande redução da pobreza nos países em desenvolvimento.(p. 11) (grifo nosso)

Não bastasse os dados acima a respeito do aumento da pobreza no período pós-reformas neoliberais (que contraria a “saída da pobreza de centenas de milhares de pessoas”), a “queda da barreira entre as nações” (citada pela revista) também é outro mito utilizado na retórica, não tendo sido efetivado na prática pelos países centrais (Stiglitz, 2002, p.17;33).

Nesse sentido, através da utilização desses mecanismos de diagnósticos e avaliação dos resultados, os defensores da convenção neoliberal conseguiram torná-la intelectualmente invencível (pelo menos por um tempo necessário até que as reformas fossem adotadas no centro e na periferia) propiciando vitórias nos testes de força e viabilizando os efeitos “legitimação-consagração” perante segmentos da sociedade. Mas para isso, a convenção neoliberal precisou contar com o apoio de *think tanks*, setores da Academia, da mídia etc.

A fase da inevitabilidade do neoliberalismo ou do “mal necessário”.

Entretanto, apesar dessa defesa intransigente das reformas neoliberais, quando os resultados negativos se tornaram impossíveis de serem ignorados e ficou evidente que parte das promessas não foi cumprida, outra estratégia passou a ser utilizada por parte de alguns de seus defensores: a mudança de discurso. Dian-

te dos resultados sociais negativos observados, alguns neoliberais passaram a não falar mais com a mesma convicção de antes e passaram a se referir às reformas como um “mal necessário” (que, numa linguagem teleológica, seria representado pelos sacrifícios necessários para se alcançar a Terra Prometida)¹⁰ e “inevitável”. A “inevitabilidade” viria do fato de que, entre outros aspectos mais, no mundo então globalizado do ponto de vista financeiro, uma economia nacional que não tivesse uma moeda estável, um equilíbrio fiscal garantido e não tivesse implementado o “tripé reformista” (da privatização, desregulação e liberalização) teria problemas quanto à credibilidade dos mercados financeiros, que poderiam efetuar um ataque especulativo que, em meados da década de 1990, “seria capaz de destruir um governo e uma economia nacional em poucas horas.” (Fiori, 1998a, p. 220)

Os objetivos declarados e não-declarados

Essa postura de defesa intransigente do neoliberalismo, a despeito dos resultados negativos apresentados, pode ser melhor compreendida uma vez que seja levada em consideração a existência de dois tipos de objetivos: os declarados e os não-declarados.

No que tange aos *objetivos declarados*, os defensores do neoliberalismo alegavam que tais reformas iriam, uma vez que determinadas medidas fossem seguidas, diminuir a pobreza e a desigualdade entre os países. Discurso este muito presente na versão estilizada (V4) voltada para o público leigo e adotada pela mídia. Entretanto, mesmo após a constatação dos efeitos negativos observados na Europa (conforme apresentado anteriormente) essa defesa intransigente das reformas neoliberais, no momento em que estavam sendo propostas para a periferia, parece ser mais plausível de ser compreendida com base, não nos objetivos declarados, mas sim nos não-declarados. Estes, uma vez que sejam incluídos nas análises acadêmicas, e não descartados como impossíveis ou improváveis, ajudam na compreensão de determinadas atitudes, muitas vezes avaliadas como “equivocadas” ou “inflexíveis”. Um caso oportuno para ilustrar a importância de se levar em conta esses objetivos se encontra na análise de Stiglitz a respeito da rígida postura do FMI em defesa da implementação das reformas neoliberais,

10 Segundo Stiglitz: “Embora ninguém estivesse satisfeito com o sofrimento que na maioria das vezes acompanhava os programas do FMI, dentro do Fundo supunha-se que qualquer que fosse o sofrimento, ele fazia parte da dor pela qual os países precisavam passar para se transformar em economias de mercado bem-sucedidas, e que tais medidas, na verdade, reduziriam o sofrimento que as nações em desenvolvimento teriam que enfrentar a longo prazo.” (2002, p. 17)

a despeito dos inúmeros resultados negativos já observados ao longo dos anos, e dos resultados positivos, apontados pelo autor, observados em experiências heterodoxas:

A mudança de objetivos [do FMI], apesar de ter sido silenciosa, não foi sutil: de servir a interesses *econômicos* globais, passou-se a servir aos interesses das *finanças* globais. A liberalização do mercado de capitais pode não ter contribuído com a estabilidade econômica global, mas abriu mercados novos e vastos para Wall Street. (...) muitas vezes somos incapazes de discernir verdadeiras motivações – pode haver uma lacuna entre o que dizem ser suas intenções e suas verdadeiras motivações. (...) Observar o FMI *como se* ele estivesse buscando os interesses da comunidade financeira, nos oferece um meio de fazer com que algo que a princípio possa parecer contraditório e incoerente faça sentido. (2002, p. 254)

A existência de objetivos declarados e não-declarados nos leva a uma análise, conforme a perspectiva de David Harvey, onde o neoliberalismo pode ser interpretado de duas formas: como um *projeto utópico*, voltado para reorganizar o capitalismo internacional e atingir as metas de redução de pobreza e desigualdade; ou como um *projeto político*, voltado para “restabelecer as condições para a acumulação de capital e para restaurar o poder de elites econômicas” (2005, p. 19). Nesse caso, associando à terminologia aqui proposta, o *projeto utópico* seria um projeto voltado para se alcançar os *objetivos declarados*, já o *projeto político*, os *objetivos não-declarados*.

Harvey argumenta que o projeto político foi o que dominou na prática, entretanto, o projeto utópico complementaria o projeto político uma vez que a utopia neoliberal servia como um “sistema de justificativa e de legitimação para tudo o que fosse preciso ser feito para atingir” o objetivo da acumulação de capital e da restauração de poder econômico das elites. Desse modo, sempre que os princípios neoliberais colidiam com a necessidade de restauração ou manutenção do poder das elites, eles eram abandonados ou se tornavam tão deformados que se tornavam irreconhecíveis. (Harvey, 2005, p. 19) Procedimento este que podia ser observado já no século XIX, conforme constatação de Marx:

A burguesia conquistara poder político na França e na Inglaterra. Daí em diante (...) não interessava mais saber se este ou aquele teorema era

verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente (...). Os pesquisadores desinteressados foram substituídos por espadachins mercenários, a investigação científica imparcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética. (2006, p. 23-4)

Tal processo pode ser associado à transição da versão erudita (V1) para a versão intermediária (V2), ou seja, quando os princípios neoliberais saem do campo da teoria para o campo da política. Nesse caso, haveria então uma tensão entre “o poder das idéias neoliberais” e as “práticas neoliberais”, que se complementariam em alguns momentos e entrariam em conflito quando os objetivos práticos fossem ameaçados. (Harvey, 2005)

A existência de objetivos não-declarados se deve ao fato de que objetivos impopulares ou não-democráticos, como a restauração de poder econômico das elites financeiras, por exemplo, não poderiam ser colocados abertamente. Segundo Harvey:

Um projeto aberto voltado para a restauração de poder econômico de uma pequena elite não iria ganhar muito suporte popular. Mas uma tentativa programática em promover a causa das liberdades individuais poderia atrair uma massa crítica e disfarçar ou ocultar o movimento visando à restauração de poder de classe. (2005, p. 40)

Muitas ações no campo da economia e da política precisam de uma forte justificativa para ser executada – como no caso do início de uma guerra, ou medidas que venham a aumentar o desemprego, etc. Essa justificativa vai legitimar a ação perante os olhos da sociedade e pode ser representada, no caso da convenção neoliberal, pelos objetivos declarados contidos no projeto utópico e presentes, em especial, na versão estilizada (V4), veiculada especialmente pela mídia e voltada para o público leigo. Se essas justificativas se mostram falsas depois de executada a ação, não irá importar tanto, uma vez que a ação já tenha sido executada e certos objetivos tenham sido alcançados.

Poder e interesses na vitória da convenção neoliberal durante a crise da década de 1970

Segundo a perspectiva adotada no atual artigo, a vitória da convenção neoliberal ocorreu com o objetivo (não-declarado) de restaurar o poder das elites econômicas. (ver Cox, 1987; Serrano, 2004; Harvey, 2005) Partindo dessa perspectiva, o neoliberalismo não teria sido um “erro” nem teria “falhado”. Portanto, para se avaliar esses possíveis objetivos não-declarados por trás da vitória da convenção neoliberal, faz-se necessário analisar o *contexto histórico* e os *interesses* envolvidos no momento em que essa convenção começou a se tornar hegemônica.

O contexto histórico do início da ascensão da convenção neoliberal

O começo da ascensão das idéias neoliberais se deu num quadro de descontentamento generalizado na Europa, na década de 1970, que surge, em parte, devido ao aumento das taxas de inflação (agravados pelo primeiro choque do petróleo) e desemprego – a chamada “estagnação”. Tal descontentamento levou ao avanço das forças socialistas no continente europeu. Movimentos sociais e trabalhistas urbanos se uniam nos países do centro do capitalismo e apontavam para uma “alternativa socialista” para superar a crise instalada e passaram a representar uma “ameaça política” ao poder das elites.¹¹ Paralelamente, havia também uma “ameaça econômica” representada por uma possível diminuição da parcela da riqueza mundial nas mãos das elites econômicas. É o período do “conflito distributivo” e da “explosão dos salários”.¹²

11 Segundo Harvey: “o descontentamento era generalizado e a combinação de movimentos sociais trabalhistas e urbanos por grande parte do mundo capitalista avançado aparecia apontar para a emergência de uma alternativa socialista (...) Os partidos comunistas e socialistas estavam ganhando terreno, se não tomando o poder, por grande parte da Europa e até mesmo nos EUA forças populares estavam se manifestando por reformas mais amplas e intervenções estatais. Havia, nesse processo, uma clara ameaça *política* às elites econômicas e classes governantes em todo o lugar, tanto nos países capitalistas avançados (como Itália, França, Espanha e Portugal) como em vários países em desenvolvimento (como Chile, México e Argentina) (...) Mas, além disso, a ameaça *econômica* à posição das elites e classes governantes estava se tornando então palpável, [com a diminuição da parcela da riqueza total em suas mãos].” (2005, p.14-15).

12 Segundo Cox: “Por trás do desincentivo a investir estava um estreitamento de longo prazo das margens de lucro, que havia iniciado na década de 1960. Parte dessa compressão das margens de lucro foi percebida pelo mundo dos negócios

Após a Segunda Guerra Mundial, os acordos internacionais mostravam que o poder econômico das classes mais altas deveria ser controlado e que os trabalhadores iriam ter acesso a uma maior parcela da renda total. (Harvey, 2005; Cox, 1987, p.282) Antes da Segunda Guerra Mundial, a parcela da riqueza mundial na posse dos um por cento mais ricos era de dezesseis por cento e caiu para menos de oito por cento após a Segunda Guerra Mundial, permanecendo perto dessa média durante aproximadamente três décadas (até meados dos anos 1970). Nesse quadro, enquanto o crescimento da economia mundial continuava forte, esse controle da acumulação da riqueza das classes mais altas não apresentava nenhum problema, porém, esse quadro mudou a partir dos anos 1970, quando o ritmo do crescimento da economia mundial começou a cair. A partir daí, essa restrição da acumulação de capital passa a representar uma ameaça às classes mais altas, de modo que, diante de tal situação elas “teriam que se movimentar decisivamente se quisessem se proteger de uma aniquilação política e econômica” (2005, p. 15).

O golpe de Estado no Chile apresentou uma espécie de solução para o problema apresentado pelo risco de “aniquilação política e econômica” das classes mais altas, visto que, após o processo de privatização forçada, o país, suas “elites governantes”, juntamente com os investidores estrangeiros se saíram muito bem nas primeiras etapas dos processos de liberalização, uma vez que foi possível se observar “movimentos concentradores de renda e de aumento das desigualdades” que, aliás, “foram traços persistentes nos processos de adoção das reformas neoliberais”, de tal forma que podem ser analisados como “estruturais a todo o projeto” (Harvey, 2005, p.16) Segundo Harvey, os autores Gerard Duménil e Dominique Lévy, após uma cuidadosa reconstrução dos dados a respeito das reformas neoliberais aplicadas ao redor do mundo, concluíram que tais reformas foram, *desde o seu começo*, um projeto para alcançar a restauração de poder das elites econômicas. (Harvey, 2005, p. 16)

Nesse processo, o quadro de perda de poder econômico por parte das classes mais altas no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, foi revertido após as reformas neoliberais. Segundo Harvey:

como fruto dos sucessivos aumentos dos salários oriundos das entrincheiradas forças de trabalho [na década de 1960]. (...) A administração capitalista foi pega numa compressão de lucros onde se encontravam o trabalho de um lado, que mantinham os salários altos, e a competição estrangeira de outro, que jogavam os preços para baixo. A tensão entre essas forças opostas ascendeu com a explosão dos salários que engoliu o mundo capitalista no início dos anos 1970.” (1987, p. 282)

Após a implementação das políticas neoliberais no final dos anos 1970, a parcela da renda nacional dos 1 por cento mais ricos dos EUA subiu abruptamente, de forma a alcançar 15% (muito perto da parcela do pré-Segunda Guerra Mundial) por volta do final do século. Os 0,1 por cento mais ricos dos EUA aumentaram sua parcela da renda nacional de 2 por cento em 1978 para mais de 6 por cento em 1999, enquanto que a razão entre os salários dos CEOs e dos trabalhadores, aumentou de um pouco mais de 30 para 1 em 1970 para aproximadamente 500 para 1 em 2000. (2005, p.16)

Harvey segue sua análise mostrando que esse aumento de poder econômico de pequena parcela da sociedade não se deu apenas nos Estados Unidos, mas também no Reino Unido a partir de 1982, e em países em desenvolvimento como na Rússia e no México (2005, p. 17). Paralelamente, surge também o aumento das desigualdades sociais registradas entre as classes sociais pertencentes aos países da OCDE, a partir da década de 1980; assim como o aumento da distância de renda entre as pessoas que vivem nos países mais ricos *vis-à-vis* nos países mais pobres, do ano de 1960 para o ano de 1990, tendo se intensificado ainda mais de 1990 para o ano de 1997 (2005, p. 18-19). Apesar de terem ocorrido exceções a essa tendência em diversos países, os diversos indicadores de aumento de concentração de renda ocorridos após as reformas neoliberais levaram Harvey a concluir que “as evidências sugerem fortemente que a guinada neoliberal é, de certa forma e em certo grau, associada com a restauração ou reconstrução do poder de elites econômicas”. (2005, p.19)¹³

13 Entretanto, é importante lembrar que, paralelamente a esse processo de retomada de poder por parte das elites econômicas, ocorreu um processo similar do ponto de vista da dinâmica dos Estados nacionais. No final dos anos 1960, (paralelamente ao avanço das forças ligadas ao trabalho na Europa) os demais países europeus ocidentais e do chamado Terceiro Mundo estavam ganhando força frente ao poder dominante dos Estados Unidos no hemisfério Ocidental, e iniciaram o período da “contestação” que vai de 1968 a 1979 (Serrano, 2004: 190-201). Saraiva, referindo-se ao mesmo período, cita diversos fenômenos em andamento que estavam gerando uma fase de “diversidade de interesses nas relações internacionais”: (1) o revigoramento da capacidade operativa dos Estados europeus e o nascimento da organização da Comunidade de Estados Europeus; (2) a emergência da economia japonesa; (3) o esforço de afirmação da América Latina; (4) e os movimentos de contestação e reivindicação da ordem bipolar organizados pelos povos do Terceiro Mundo (2001, p. 72), como a formação do grupo dos 77 na conferência da UNCTAD, em 1964; a proposta de uma Nova Ordem Internacional – Noei; e o Movimento dos Não-alinhados que visava contestar o domínio de poder americano-soviético (2001, p. 84). Esses movimentos tinham como objetivo reduzir a dependência dos países em desenvolvimento em relação aos centros hegemônicos, porém, foram abafados a partir do processo de “retomada da hegemonia norte-americana” iniciado em 1979 (Tavares, 1998). Portanto, essa dinâmica de restauração de poder dos Estados Unidos ocorreu paralelamente (ou em conjunto) à restauração de poder das elites financeiras e ao avanço das reformas neoliberais. (Thury, 2008)

A economia política das convenções de desenvolvimento

Com essas versões como ferramentas, pode-se caminhar para a legitimação e a consagração da caixa-preta, com sua difusão em massa, a alocação de verbas para a pesquisa e a colocação de seus defensores, bem como para a cooptação de novos fiéis em cargos importantes na universidade, no Governo, na imprensa e nas empresas. Dessa maneira, criam-se condições para a ampliação da área de influência daquele grupo sobre os leigos. (Sá Earp, 2000, p. 141)

É possível observar que a questão do poder está fortemente presente na elaboração, legitimação e implementação das convenções de desenvolvimento (analisadas no *item 1*), visto que é bastante difícil que uma idéia, ou uma convenção de desenvolvimento consiga passar por todos os testes de força, passar pelas etapas de demonstração-legitimação-propagação, conquistar adeptos de forma a constituir uma população P significativa (em termos de tamanho e poder) e alcançar o estágio da “consagração”, sem contar com um apoio financeiro e político que veja nessa convenção uma forma de investimento válida no que tange ao atendimento dos seus interesses. É nesse sentido que, segundo Erber, a prevalência de uma convenção vai depender das “condições internacionais” e da “distribuição de poder econômico e político” da sociedade (2008, p. 2). E é por esse motivo que a análise do contexto dos anos 1970, no qual se deu a vitória da convenção neoliberal, nos levou do campo das idéias para o campo da política e dos interesses. Um processo no qual tanto cognição quanto poder “desempenham um papel importante na ‘força’ e evolução das convenções de desenvolvimento” (Erber, 2008, p.4), e que permite situar o estudo das convenções de desenvolvimento na esfera da economia política. (*idem*, p.8)

A vitória da convenção neoliberal e de todas as suas versões se deu com base numa estrutura de poder mundial fortemente vinculada ao meio acadêmico e às estruturas de legitimação-propagação-consagração de idéias, visto que “uma convenção de desenvolvimento não se limita a um dispositivo cognitivo – para ser eficaz ela tende a se espalhar em outras instituições/regras, como leis e regulamentos e a inserir-se em organizações, como as burocracias públicas e privadas e a academia.” (Erber, 2009, p. 6)

Portanto, para se entender a transformação de uma convenção de desenvolvimento na convenção hegemônica, tão importante quanto o seu poder explicati-

vo, lógico e teleológico, são as redes de poder que legitimam essa teoria e os objetivos e interesses que tais teorias atendem quando estas são colocadas em prática.

Conclusão

O objetivo do artigo foi analisar o poder das idéias e o papel do poder e dos interesses na vitória da convenção neoliberal a partir da crise econômica internacional dos anos 1970, e salientar a forte relação existente entre o pensamento dominante (ou convenção de desenvolvimento hegemônica) e os interesses dos que se encontram no topo da hierarquia de poder político e econômico, buscando analisar a dialética existente entre cognição e poder, crenças *versus* interesses, teoria/lógica racional e interesses, Academia e pensamento dominante, ciência e poder.

Partimos da análise do campo das idéias, referente ao conteúdo cognitivo e teleológico das convenções de desenvolvimento e suas diferentes versões, e à forma como essas idéias foram organizadas de modo a serem legitimadas, propagadas e consagradas no meio acadêmico, até se transformarem em medidas de política econômica. Entretanto, observamos que não seria possível a transformação de uma convenção de desenvolvimento numa convenção hegemônica sem o estabelecimento de redes de poder que viessem a legitimá-la e divulgá-la, perante os diversos públicos-alvos da sociedade, através de financiamento e apoio. Nesse sentido buscamos analisar até que ponto a vitória da convenção neoliberal se deu com base em análises racionais, lógicas, crenças acadêmicas e/ou ideológicas ou visando atender interesses de detentores de grande poder econômico.

A análise do comportamento dos defensores do neoliberalismo (a defesa incondicional e os diversos diagnósticos que isentavam as reformas neoliberais dos maus resultados) nos levou a considerar, na análise, a existência e a prevalência de objetivos não-declarados frente aos objetivos declarados, de modo procurar entender a força motriz por trás dessa postura intransigente, que, a partir do final dos anos 1980, persistia em “propor” à periferia reformas que não estavam dando certo (em alguns aspectos) na Europa. Entretanto, o que pode ser questionado é: não estavam dando certo para quem? E quem estava se beneficiando delas (desde a experiência pioneira no Chile)?

Se os resultados das reformas neoliberais forem analisados a partir de alguns objetivos declarados (o projeto utópico), como diminuição da pobreza e di-

minuição da desigualdade entre os países, estas teriam sido um “erro”.¹⁴ Mas se essas reformas forem analisadas do ponto de vista de objetivos não-declarados (o projeto político), relativos à restauração de poder econômico das elites (como o aumento das margens de lucro, diminuição do poder das forças ligadas ao trabalho, aumento do poder dos detentores do poder financeiro *vis-à-vis* o poder político, re-concentração de renda e poder por parte das elites econômicas, etc.), elas foram bem sucedidas.

Não estamos afirmando aqui que todos os defensores do neoliberalismo agiram fundamentados em interesses, nem que não existam aqueles que realmente acreditavam (ou acreditam) que essas reformas iriam diminuir a pobreza e a desigualdade entre os países. Essa motivação com base em interesses ou em crenças irá variar de acordo com a posição que o indivíduo ocupa na rede de poder que legitima-propaga-consagra a convenção.

Se existiu um *projeto utópico* juntamente com um *projeto político*, que visava restaurar o poder de elites econômicas, o primeiro pode estar associado à esfera das *crenças* (ou objetivos declarados); e o segundo, à esfera dos *interesses* (ou objetivos não-declarados). Tanto crenças como interesses se envolvem e se misturaram dentro do processo de implementação das convenções de desenvolvimento ocorridos na segunda metade do século XX. Sendo difícil, porém, se delimitar onde termina a crença ou a lógica, e onde se iniciam os interesses.

Referências bibliográficas

- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. América Latina y Caribe: Séries Históricas de Estadísticas Económicas, 1950-2008. 2009. Fonte: <http://www.eclac.org/deype/cuaderno37/esp/index.htm>
- CHEN, Shaohua, RAVALLION, Martin. “The Developing World Is Poorer Than We Thought, But No Less Successful in the Fight against Poverty”. Policy Research Working Paper 4703. The World Bank Development Research Group. Agosto, 2008
- COX, Robert W. *Production, power, and world order. Social forces in the making of History*. Nova York: Columbia University Press, 1987.

14 Apenas para citar um exemplo, George Soros, comentando o livro *A globalização e seus malefícios*, de Joseph Stiglitz, escreveu: “Este livro (...) explica as falhas da política econômica mundial. (...) Stiglitz descreve com sensibilidade e conhecimento como as grandes instituições falharam em sua missão de ajudar os países em desenvolvimento.” (*apud* Stiglitz, 2002: contracapa). A concepção de “falha” aqui, se aplica quando analisados a partir de uma perspectiva de objetivos declarados.

- ERBER, Fábio Stefano. "The evolution of development conventions", XII ISS Conference. Rio de Janeiro. Julho, 2008.
- ERBER, Fábio S. "As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de Economia Política", Fonte: <http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto2411.pdf> Instituto de Economia da UFRJ. 2009.
- FIORI, José Luís. Globalização, hegemonia e império, in TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, pp. 87-147, 1998a.
- FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis, Vozes, 1998b.
- HARVEY, David. *A brief history of neoliberalism*. Nova York: Oxford University Press, 2005.
- HOBBSBAWN, Eric. *A Era do capital. 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã – teses sobre Feuerbach*. [1845] São Paulo: Cortez, 1998. 8ª edição.
- NEWSWEEK. "War of wills". Abril, 2006.
- SERRANO, Franklin. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível, in FIORI, J. L. (org.). *O poder americano*. Petrópolis, Vozes, pp. 179-222, 2004.
- SÁ-EARP, Fábio. "A tríplice revolução da geração keynesiana: notas sobre a dinâmica da difusão das idéias econômicas", Ensaio FEE, Porto Alegre, vol.21, n.2, pp.138-162, 2000.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. *Relações Internacionais: dois séculos de história. Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 aos nossos dias)*. Volume II. Brasília, IBRI, 2001.
- STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo, Futura, 2002.
- THE ECONOMIST. Editorial. 5 a 11 de novembro de 2005.
- TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana [1985], in TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, pp. 27-53, 1998.
- TAVARES, Maria da Conceição. O Dissenso de Washington, in BATISTA, P. N. et al. *Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, pp. 67-80, 1994.
- THURY, Leonardo de Amorim. *A atuação do Fundo Monetário Internacional e sua relação com o 'impulso desestabilizador da hiper-potência' e a 'restauração de um poder de classe'*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.